

Ministra participa de sessão na Assembleia e discute políticas públicas para as marisqueiras



SEGURANÇA

Assembleia discute criação do selo "Tolerância Zero com Assédio"



ALAGOAS

Ronaldo Medeiros clama por entendimento no debate sobre reajuste salarial dos policiais civis



ALAGOAS

Parlamentares cobram apuração e ressarcimento por fraude bilionária no INSS





Parlamentares defendem PEC que torna imprescritível crimes sexuais contra menores de 12 anos

Na sessão ordinária desta quarta-feira, 7, foi discutida a importância da aprovação da PEC 21/2025 no Congresso Nacional. "Crimes de pedofilia contra crianças de até 12 anos não irão mais prescrever com a aprovação dessa PEC", disse Cibele Moura (MDB). Segundo ela, isso permitirá às vítimas que, ao se tornarem adultas, possam denunciar seus abusadores e possibilitar que a Justiça os puna, garantindo mais tempo para as vítimas diante de um crime tão bárbaro.

Delegado Leonam aponta crise no setor de segurança pública do Estado

Durante a sessão desta terça-feira, o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, deputado Delegado Leonam (União Brasil), cobrou do Governo do Estado e da Secretaria de Segurança Pública respostas em relação à violência em Alagoas.

Cibele Moura defende que universidades estaduais realizem vestibulares próprios

A deputada Cibele Moura (MDB) anunciou durante a sessão ordinária desta terça-feira, 29, que pretende propor a realização de vestibulares específicos para a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e para a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal).

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação
semanal

Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
autores, não representados, necessariamente a
opinião deste jornal.



Ângela Garrote cobra explicações do Governo sobre suspensão de Programa do Leite

A deputada Ângela Garrote (PP) cobrou explicações ao Governo estadual sobre os motivos que resultaram na suspensão do programa de distribuição de leite às pessoas carentes em todo o Estado. De acordo com a parlamentar, ao ser questionada, a empresa responsável pela distribuição do alimento alegou que o programa estaria suspenso devido ao atraso nos pagamentos por parte do Executivo.

"Gostaria de fazer um apelo ao governador Paulo

Dantas para que resolva esse problema, porque nas cidades do Sertão há muitas crianças precisando desse leite", explicou a parlamentar, destacando a importância do programa para as crianças carentes que dele dependem. A fala de Garrote foi durante a sessão ordinária desta terça-feira, 6 de maio.

Na sequência, Ângela Garrote questionou ainda a propaganda institucional "Alagoas Transformando Vidas", que apresenta a distribuição de cestas básicas de alimentos.

No entanto, segundo ela, várias cidades afirmam que não têm recebido tais cestas. "Tenho sido questionada sobre onde estão sendo entregues essas cestas básicas, porque na propaganda do Governo, parece até que está matando a fome de quem tem fome. Na verdade, liguei para vários municípios e nenhum está recebendo", assegurou Garrote, informando que está ingressando com um ofício cobrando explicações do Executivo sobre essa questão.



Cabo Bebeto alerta para aumento de furtos em bairro de Maceió e cobra reforço policial

Durante a sessão desta quarta-feira, 7, na Assembleia Legislativa de Alagoas, o deputado Cabo Bebeto (PL) fez um alerta sobre o aumento de furtos em residências no bairro da Jatiúca, em Maceió. Segundo o parlamentar, moradores da região têm recorrido às redes sociais para relatar os crimes e denunciar a ausência de policiamento ostensivo. "Relataram, inclusive, que há um grupo com quatro indivíduos praticando esses crimes. Os moradores identificam, pelas câmeras de segurança, que, aparentemente, são sempre as mesmas pessoas", afirmou Cabo

Bebeto durante seu discurso no plenário.

De acordo com o deputado, houve uma redução significativa na presença da Polícia Militar no bairro, o que estaria contribuindo para o aumento da criminalidade. "Antigamente, havia policiamento do 1º Batalhão, da Rádio Patrulha, da Cavalaria e da Ronda no Bairro. Agora, os moradores perceberam uma diminuição drástica desses efetivos", disse. Cabo Bebeto destacou que recebe esse tipo de denúncia semanalmente, o que, segundo ele, evidencia a necessidade urgente de reforço, não

apenas na Jatiúca, mas em todo o Estado de Alagoas.

O parlamentar também criticou a condução das audiências de custódia e pediu ao Tribunal de Justiça de Alagoas que os juízes adotem critérios mais rígidos ao julgar crimes considerados de menor potencial ofensivo. "Por mais que a gente ache que o furto de uma bicicleta, de uma moto ou de uma carteira seja um crime pequeno, para a vítima certamente não é, já que causa transtornos, prejuízos e traumas. O Judiciário precisa ser mais firme. O que parece pequeno pode evoluir e contribuir para o crescimento da violência", concluiu.

ALAGOAS

Ministra participa de sessão na Assembleia e discute políticas públicas para as marisqueiras



A Assembleia Legislativa de Alagoas realizou uma sessão especial nesta segunda-feira, 28, para discutir os impactos do desastre da Braskem em Maceió nas vidas de pescadoras e marisqueiras. A deputada Fátima Canuto (MDB) foi a autora da sessão, que contou com a presença de autoridades como a ministra Cida Gonçalves, a secretária de Estado Maria José Silva e o deputado federal Paulão do PT/AL. O objetivo da sessão foi dar visibilidade às mulheres que perderam suas casas, trabalhos e redes de apoio devido ao afundamento do solo provocado pela mineração da Braskem. A deputada Fátima Canuto destacou a importância de discutir políticas públicas para apoiar essas mulheres e garantir seus direitos. A presença de autoridades como a ministra Cida Gonçalves e o deputado federal Paulão do PT demonstra o compromisso do governo em apoiar as vítimas do desastre e encontrar soluções para os problemas enfrentados por elas.

“Alagoas possui cerca de 12 mil mulheres pescadoras registradas, mas muitas trabalham informalmente e não são reconhecidas oficialmente”, informou a deputada Fátima Canuto, acrescentando que a degradação da Lagoa Mundaú impactou diretamente na

atividade da categoria, devido ao desaparecimento e morte de peixes e mariscos, agravando a insegurança econômica e alimentar dessas comunidades. “A sessão especial tem como propósito aprofundar o debate sobre os efeitos da mineração na vida das pessoas, além de cobrar medidas reparatórias e políticas públicas que reconheçam as necessidades específicas dessas mulheres”, disse a parlamentar.

Demandas da categoria
De acordo com Fátima Canuto, as principais demandas das pescadoras são as dificuldades estruturais que comprometem suas subsistências e bem-estar, incluindo: desafios econômicos, como a escassez de peixes e mariscos, que impactam na renda e insegurança alimentar; violência psicológica e institucional, incluindo dificuldades no acesso a benefícios previdenciários; e discriminação no transporte público e em mercados de trabalhos alternativos; deslocamentos forçados e desestruturação social; expulsão de comunidades pesqueiras devido ao crime ambiental; e inserção forçada em bairros sem estruturas aumentando vulnerabilidades entre outras questões de grande relevância social.

A ministra Cida Gonçalves destacou o debate, que tem por objetivo aperfeiçoar o processo iniciado em fevereiro último, quando do encontro com as pescadoras e marisqueiras, em Maceió. “A importância de se ter um plano de trabalho que de fato dê conta de reafirmar as mulheres marisqueiras como protagonistas do processo e como as grandes vítimas do crime da Braskem”, ressaltou a ministra, acrescentando que uma das principais reivindicações das marisqueiras, no dia 20 de fevereiro, foi um local específico para fazer o tratamento dos mariscos e dos peixes. “E nós vamos investir os recursos necessários para que a cooperativa possa se equipar e vocês terem um espaço para trabalhar os mariscos e terem seus recursos”, garantiu Cida Gonçalves, informando que uma técnica do Ministério da Mulher ficará em Maceió para realizar as tratativas sobre o repasse dessa verba. “É por isso que estamos aqui com os ministérios da Pesca, da Saúde, do Desenvolvimento Social e todos os outros que forem necessários se envolver. Eu mesma, em Brasília, vou falar com todos os ministros e, se não conseguir resolver, falarei diretamente com o presidente Lula, mas vamos ter que apresentar uma solução

real para cada uma de vocês”, garantiu a ministra Cida Gonçalves.

Durante a sessão, as pescadoras e marisqueiras puderam apresentar suas demandas e discutir políticas públicas que podem ajudá-las a superar os desafios enfrentados. De acordo com a presidente da Cooperativa das Marisqueiras (Coopmaris) do Vergel do Lago, Vanessa Santos, o desastre da Braskem foi uma situação muito triste para todos que sobrevivem da pesca na orla lagunar de Maceió, sobretudo para as marisqueiras, que ficaram impedidas trabalhar, uma vez que a única fonte de renda é a pesca do sururu. E a realização da sessão especial foi muito importante para a categoria. “Agora estamos com uma expectativa muito boa, porque sabemos que há pessoas que realmente querem nos ajudar. Vejo essa sessão como um ponto muito positivo para nós”, declarou Vanessa Santos, agradecendo a deputada Fátima Canuto pela iniciativa, bem como a ministra Cida Gonçalves, que veio de Brasília exclusivamente para participar dos debates, visando ajudar a categoria. Vanessa Santos disse ainda que a sessão foi um grande passo para garantir que as necessidades dessas mulheres sejam ouvidas e atendidas.

SEGURANÇA

Assembleia discute criação do selo "Tolerância Zero com Assédio"



Os 15 parlamentares presentes na sessão ordinária desta quarta-feira, 7, apreciaram itens na ordem do dia, entre eles, o projeto de lei ordinária nº 808/2024, que cria o selo Tolerância Zero com Assédio, a ser concedido a estabelecimentos que implementem medidas de proteção a mulheres em situação de risco ou violência sexual. O projeto, de autoria da deputada

Cibele Moura (MDB), foi discutido em primeiro turno.

Segundo o projeto, o selo será concedido por decisão da Comissão estadual de Combate ao Assédio, composta exclusivamente por mulheres, a todos os estabelecimentos que preencherem alguns critérios, como realizar uma formação anual para toda a equipe de funcionários sobre identificação de situações de risco e

acolhimento às vítimas, ter a presença permanente de pelo menos um funcionário treinado para o acompanhamento das vítimas e ter um protocolo escrito de prevenção e tratamento de situações de violência sexual.

"A violência sexual é uma realidade preocupante que afeta mulheres em diversos espaços, incluindo ambientes de lazer", informa a parlamentar,

justificando ainda em seu projeto ser essencial a implantação de medidas efetivas para proteger e acolher as mulheres em situação de risco ou violência sexual. Seu projeto precisa passar por mais uma discussão, além de dois turnos de votação, antes de ser encaminhado para o Poder Executivo para se tornar lei.

SEGURANÇA

Projeto que cria programa de Locação Social para Mulheres é discutido em 2º turno



Foi discutido em 2º turno, durante a sessão ordinária desta terça-feira, 6, o projeto de lei ordinária nº 806/2024, de autoria da deputada Cibele Moura (MDB), que autoriza o Governo do Estado a criar o programa de Locação Social voltado para mulheres de famílias de baixa renda. A proposta tem como objetivo garantir moradia digna e segura para mulheres em

situação de vulnerabilidade social em todo o Estado.

Segundo o projeto, a implantação do programa se dará por meio dos órgãos e entidades da administração estadual. A iniciativa prevê a locação de imóveis de particulares, a possibilidade de desapropriação em casos de emergência e a concessão de permissão de uso de imóveis públicos, todos destinados ao acolhimento das beneficiárias.

De acordo com o texto, terão prioridade no atendimento mulheres que sejam arrimo de família ou que estejam em situação de risco pessoal e social, como vítimas de violência doméstica, desde que com encaminhamento e acompanhamento

realizados por órgãos especializados, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A deputada Cibele Moura defende que a medida é fundamental para combater as desigualdades e garantir o direito à moradia: "Muitas dessas mulheres são chefes de família e enfrentam situações extremas sem qualquer tipo de apoio. Este projeto é uma resposta concreta do Estado a essa realidade e representa um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária", afirmou a parlamentar.

A matéria segue agora para votação final em plenário. Caso aprovada, será encaminhada para sanção do governador.

POLÊMICA



O desvio de R\$ 6,3 bilhões em aposentadorias do INSS foi tema de debate na sessão desta terça-feira, 6, na Assembleia Legislativa. O primeiro a se pronunciar foi o deputado Cabo Bebeto (PL), informando que aposentados alagoanos também foram vítimas da fraude. "Se não bastassem os descontos não autorizados para sindicatos, a GloboNews divulgou ontem outra fraude, desta vez ligada a consignados, que movimentou quase R\$ 90 bilhões dos aposentados apenas em 2023", disse.

Cabo Bebeto afirmou que as apurações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União apontam que associações e entidades realizavam cadastros de aposentados sem autorização, utilizando assinaturas falsas para descontar valores dos benefícios. "Os suspeitos cobravam mensalidades irregulares, descontadas dos benefícios sem autorização das pessoas. O novo foco da investigação

mira possíveis fraudes nos empréstimos consignados firmados por meio do INSS com aposentados e pensionistas. Estão roubando idosos e doentes", afirmou.

Ainda segundo o parlamentar, mais um esquema foi descoberto. "Bandidos estavam usando pessoas fictícias para receber benefícios do INSS, e o prejuízo supera os R\$ 12 milhões. O curioso é que o Congresso quer instalar uma CPI, mas o Governo está tentando impedir. Por que não querem investigar quem está roubando os velhinhos? Onde está a mão firme de quem condena quem passou batom numa estátua, e agora fica cega, surda e muda diante de uma quadrilha que vem assaltando covardemente os aposentados do Brasil?", questionou Bebeto.

O segundo a falar foi o deputado Ronaldo Medeiros (PT), destacando que, das nove maiores associações que fraudaram o INSS, sete

foram credenciadas na gestão do Governo anterior. "Essas fraudes só foram descobertas porque há um Governo sério, que combate a corrupção e mantém a Polícia Federal livre para investigar. Tudo isso só foi revelado porque o Governo atual tem esse compromisso. Fiquem tranquilos, pois o atual Governo, que tem compromisso com a verdade, vai devolver cada centavo subtraído", afirmou.

Durante a debate, o deputado Antonio Albuquerque (Republicanos) observou que, em seu entendimento, a devolução desse dinheiro deveria ser feita pelos responsáveis dos desvios. "Agora, o resultado dos impostos pagos por quem efetivamente trabalha, produz e gera divisas nesta Nação ser utilizado para ressarcir o cidadão que teve sua mísera aposentadoria surrupiada, como se fosse uma benesse de governo A ou B, não dá", declarou o parlamentar.

O deputado Francisco Tenório (PP) pediu a palavra para reforçar a necessidade de que o dinheiro furtado dos aposentados seja devolvido de forma integral. "Na minha opinião, é preciso que seja devolvido pelo órgão que autorizou os descontos. Se o INSS autorizou esse desconto irregular dos funcionários, aposentados e pensionistas, é o próprio INSS que deve ressarcir", afirmou o parlamentar.

Independentemente disso, Tenório também reforçou que o Governo Federal precisa apurar os fatos e, posteriormente, buscar o dinheiro junto a quem praticou os desvios. "Até lá, as pessoas que tiveram descontos irregulares em seus proventos não podem ficar no prejuízo", concluiu, parabenizando a Polícia Federal, a Auditoria-Geral e o Governo por estarem apurando o que já vinha acontecendo muito antes da atual gestão. "Isso acontece há muitos anos", disse Tenório.

ALAGOAS

Ronaldo Medeiros clama por entendimento no debate sobre reajuste salarial dos policiais civis



O deputado Ronaldo Medeiros (PT) informou, durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 7, que esteve reunido com o governador Paulo Dantas e com a secretária de Estado da Fazenda, Renata dos Santos, para tratar de questões relacionadas ao reajuste salarial dos policiais civis do Estado de Alagoas. "É uma reivindicação em que a maioria dos policiais já foi atendida, seja por via administrativa, seja por via judicial. Estamos fazendo essa intermediação para ver se a categoria chega a um entendimento com o Governo, a fim

de regularizar essa situação", relatou o parlamentar, acrescentando que apenas alguns policiais civis ainda não foram contemplados com o reajuste salarial e que a categoria aguarda que essa regularização ocorra o quanto antes.

Em aparte, o deputado Cabo Bebeto (PL) associou-se ao pronunciamento do colega de plenário, destacando a importância de a bancada governista ajudar na resolução da questão, tendo em vista o número significativo de policiais civis que aguardam a regularização em sua folha salarial.

"Eles têm razão nessa demanda, mas não têm mais o que fazer. O que tinham para negociar, já fizeram. Inclusive, abriram mão do retroativo. O Estado tem que pagar e cumprir com o acordo que foi feito", afirmou Bebeto, lembrando que o governador Paulo Dantas teria se comprometido com a categoria, caso os policiais civis abrissem mão do valor retroativo. "Noventa e cinco por cento da categoria aceitou esse acordo, abriu mão de um direito que é deles, e o governador tem empurrado com a barriga", avaliou

o parlamentar, agradecendo a Medeiros pelo apoio à demanda.

Lagoa da Canoa
Durante sua fala, Ronaldo Medeiros informou ainda que apresentou um requerimento na Casa, a pedido do vereador por Lagoa da Canoa, Igor Bará (MDB), solicitando a construção de um fórum e a criação de uma comarca para o município. "É importantíssima essa construção e a criação dessa comarca lá em Lagoa da Canoa", destacou Medeiros

ALAGOAS

Delegado Leonam denuncia defasagem salarial de policiais civis



Em pronunciamento realizado durante a sessão ordinária desta terça-feira, 6, o deputado Delegado Leonam (União Brasil) cobrou do Governo do Estado a majoração salarial dos policiais civis. "É um tema sensível e urgente a valorização do policial civil alagoano", afirmou o parlamentar.

"Nossos policiais civis pleiteiam um direito já reconhecido, tanto administrativo quanto judicialmente. Nós temos policiais civis trabalhando uma carga horária de 40 horas ou mais e recebendo somente o equivalente a 30 horas semanais trabalhadas", acusou o deputado sobre o pleito da categoria já reconhecido pela Procuradoria-Geral do Estado. Ele afirma ainda que a majoração já teria sido apalavrada pelo governador Paulo Dantas (MDB).

"O governador prometeu, mas impôs uma condicionante: que

os policiais civis abrissem mão de seu retroativo", lamentou Leonam, afirmando que ninguém deve exigir que alguém abra mão de um direito ou sequer impor uma condicionante àquilo que lhe é de direito. "Falo de homens e mulheres que saem de casa arriscando suas vidas para trazer segurança aos cidadãos. Nós não podemos falar em uma segurança eficaz sem pensar em valorizar os seus respectivos profissionais", concluiu Delegado Leonam, pedindo que o governador cumpra com sua palavra.

SEGURANÇA

Lelo Maia reforça necessidade de delegacias especializadas em apurar crimes contra crianças e adolescentes



O deputado Lelo Maia (União Brasil), na sessão ordinária desta terça-feira, 6, informou que segue recebendo em seu gabinete, todos os dias, cidadãos que denunciam de violência sexual e física contra suas crianças e adolescentes. "Nesta semana, recebi um apelo de um pai de Anadia, após sua filha menor de idade ter sofrido um abuso", disse o parlamentar, que ilustrou esta denúncia para falar sobre o que interpreta

como falta de estrutura do Estado em cuidar das crianças e dos adolescentes.

"O pai disse que sua filha foi levada a uma delegacia que não tinha estrutura adequada para realizar uma escuta protegida, o que permite que o abusador permaneça solto", acusou Maia, falando que o caso irá para audiência de custódia, o que não se constitui em provas obtidas de maneira correta. "Isso fará com que o

Ministério Público e o Poder Judiciário não tenham como manter esse abusador preso", lamentou ele.

Indicação

Diante do tema, Lelo Maia reforçou que protocolou uma indicação ao Governo do Estado para a criação de uma patrulha específica de proteção à criança e ao adolescente, seguindo a lei Henry Borel, pra que se tenha uma Polícia Militar preparada para estes casos, assim como existe na

Patrulha Maria da Penha, em caso de violência contra as mulheres.

"Também protocolei e fiz indicação para que a Delegacia da Criança e do Adolescente funcione 24 horas, assim os delegados e policiais especializados poderão fazer escutas e constituir provas, principalmente porque nos crimes de violência sexual a palavra mais importante é a da vítima", concluiu Lelo Maia.

ALAGOAS

Cibele Moura defende videomonitoramento para segurança em ambientes escolares



Durante a sessão ordinária desta terça-feira, 6, a deputada Cibele Moura (MDB) lamentou o que caracterizou como "aumento na violência dentro das escolas". "Alagoas teve o segundo aumento proporcional do Brasil, perdendo apenas

para o Estado do Ceará. Um aumento de mais de 500% nos números de casos de violência acontecendo dentro do ambiente escolar, sendo casos de violências psicológicas, físicas e até sexuais", informou a parlamentar.

A deputada disse que a Secretaria estadual da Educação faz um trabalho de conscientização, com palestras nas unidades escolares, mas que é preciso fazer mais. "Mais do que estas palestras, mais do que falar às pessoas como agir, é importante que a gente monitore", completou ela,

lembrando que tramita na Casa de Tavares Bastos um projeto de lei de sua autoria tratando disso.

"O projeto determina a instalação de câmeras em espaços frequentados por crianças e adolescentes, seja sala de aula ou áreas de esporte. Para que a gente possa proteger as crianças e também os professores", destacou. "A onda de violência é real e para isso diminuir a gente precisa, além de conscientizar, também punir", declarou Cibele Moura, afirmando que para punir é preciso identificar os criminosos.

HOMENAGEM

Assembleia celebra os 80 anos das vitórias das Forças Expedicionárias Brasileiras



A Assembleia Legislativa realizou, nesta segunda-feira, 5, uma Sessão Solene para comemorar os 80 anos das vitórias das Forças Expedicionárias Brasileiras na Segunda Guerra Mundial, em 8 de maio de 1945. "Soldados corajosos que deixaram suas casas, suas famílias e sua pátria para lutar contra o autoritarismo que se espalhava pelo mundo", disse o deputado Cabo Bebeto (PL), proponente da sessão, aprovada por unanimidade pelos deputados da Casa.

"Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil manteve-se neutro até o presidente Getúlio Vargas declarar guerra contra a Alemanha e a Itália, criando a Força Expedicionária Brasileira, FEB, com cerca de 25 mil e 800 homens integrantes, sobre o comando do General João Batista Mascarenhas de Moraes", informou o parlamentar sobre a FEB, que foi enviada a Itália a partir de julho de 1944.

"Estamos aqui para agradecer àqueles que arriscaram e doaram a sua vida defendendo essa nação e lembrar desta data marcante", completou ele sobre a guerra que marcou o mundo nos anos 40. "As forças que se somam pra termos uma sociedade livre e democrática são

sempre muito bem-vindas à Assembleia", concluiu Bebeto em sua fala.

A FEB destacou-se em batalhas decisivas, como as de Monte Castello, Castelnuovo, Montese e Fornovo di Taro, onde, ao lado das forças aliadas, infligiu severas derrotas ao inimigo, contribuindo para a libertação dos territórios ocupados e para o fim do conflito na Europa.

Forças

O tenente-coronel Márcio Robério de Oliveira Lima, comandante do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, agradeceu ao deputado pela sessão de alusão à data comemorativa. "Estendendo-se por quatro dias, a Batalha de Fornovo di Taro, no norte da Itália, foi o último grande confronto travado pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo em desvantagem numérica, os brasileiros conseguiram forçar quatro divisões inimigas a se renderem, um feito inédito na Campanha da Itália", informou o militar.

Naquela batalha, entre os dias 26 e 29 de abril de 1945, as baixas brasileiras entre mortos e feridos foram de 45 militares. Mais de 500 alemães foram mortos ou feridos. Pelo Eixo, mais de 14.700 alemães nazistas e

italianos fascistas se renderam. O comandante brasileiro, general Mascarenhas de Moraes, recebeu a rendição das Divisões Wehrmacht e ENR em 29 de abril de 1945. Em uma semana os brasileiros levaram 14.700 soldados, 800 oficiais e dois generais. Os brasileiros também levaram 1.500 veículos e 80 armas. Todas as forças do Eixo na Itália capitularam em 2 de maio de 1945.

O capitão de fragata Rodrigo Garcia, atual comandante da Capitania dos Portos de Alagoas, falou de sua satisfação e alegria em reverenciar aqueles que sacrificaram as suas vidas. "A Marinha exerceu um papel importantíssimo na escolta dos navios mercantes, que realizavam esse apoio logístico de pessoal de material para o norte da Itália, e é um momento de integração com as forças irmãs, o Exército e a Força Aérea", afirmou.

Por fim, o major aviador Leandro Soriano Evangelista, comandante do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Maceió (DTCEA-MO) disse ser uma honra estar presente. "Foi um marco na história mundial, em que o Brasil efetivamente participou e realmente defendeu os

valores que nós defendemos até hoje, de democracia, de liberdade", disse ele, completando que a Força Aérea teve um papel fundamental nessa guerra, atuando tanto na Europa, como no Brasil.

Nossa Força Aérea afundou 11 submarinos alemães e na Itália, além de fazer centenas de missões, principalmente de bombardeio contra as linhas de suprimento das forças nazifascistas, nós também prestamos apoio ao Exército Brasileiro na linha de frente", informou ele, destacando que em Alagoas temos a única unidade da Força Aérea Brasileira presente com destacamento de controle do espaço aéreo de Maceió.

Mesa de Honra

Participaram ainda da mesa de honra a deputada Rose Davino (PP); o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, o desembargador Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho; o presidente da Associação Dos Ex Combatentes Do Brasil e Amigo do Museu da Segunda Guerra Mundial, Dr. Romani Cansanção; e titular da Delegacia do 6º Distrito Policial (6ºDP) da capital, o Delegado Robervaldo Davino.

REDE REPÓRTER TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



**DÁ UM
CLICK!**



www.redereporter.com.br